



ACÓRDÃO Nº1239/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11481/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Marcelo Jose de Lima Dutra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6584/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as Contas do Sr. **Marcelo Jose de Lima Dutra**, Gestor do IPAAM, referente ao exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM pelas seguintes impropriedades:
 - 10.1.1. Ausência de justificativa para contratação por inexigibilidade de licitação;
 - 10.1.2. Ausência de controle interno;
 - 10.1.3. Ausência aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica do órgão;
 - 10.1.4. Ausência do valor global do ajuste na publicação de extrato da contratação no DOE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Marcelo Jose de Lima Dutra** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo



ACÓRDÃO Nº1239/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em razão das seguintes impropriedades:

10.2.1. Ausência de justificativa para contratação por inexigibilidade de licitação;

10.2.2. Ausência de setor de controle interno;

10.2.3. Ausência aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica do órgão;

10.2.4. Ausência do valor global do ajuste na publicação de extrato da contratação no DOE/AM;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar que inclua no escopo de auditoria o eventual pagamento de multas e juros decorrente do atraso no pagamento de precatórios por parte da Autarquia;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Marcelo Jose de Lima Dutra** e ao **IPAAM** deste Acórdão, encaminhando-lhes cópia do Relatório-Voto.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Dezembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral